

TEORIAS SEMÂNTICAS E A IMPLICITAÇÃO NA LÍNGUA(GEM)

Érika de MORAES¹

- RESUMO: Este artigo trata da questão da implicitação na linguagem. Faz-se uma revisão do estudo de Oswald Ducrot, especialmente a respeito da pressuposição, bem como das críticas de Paul Henry e Michel Pêcheux a Oswald Ducrot, que deram origem à concepção discursiva da pressuposição, reformulada na noção de pré-construído. Defendemos a pertinência de um diálogo entre a teoria de Ducrot e as concepções da Análise do Discurso de linha francesa, desde que sejam feitos deslocamentos teóricos que permitam uma concepção interdiscursiva da implicitação na linguagem.
- PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Análise do discurso. Pressuposição. Pré-construído. Interdiscurso.

Introdução

Este artigo tem como propósito discorrer sobre a questão da implicitação na língua(gem). Serão enfatizadas as concepções de Oswald Ducrot – e a questão da implicitação em sua concepção argumentativa da Língua – e daqueles autores considerados fundadores da Análise do Discurso Francesa, sobretudo Michel Pêcheux e Paul Henry. Assim, levar-se-á em conta a visão discursiva da implicitação, que implica uma redefinição do conceito de pressuposição por meio da noção de pré-construído e seu forte vínculo com a interdiscursividade.

A opção por este tema advém do fato de o escopo da pressuposição constituir um espaço que, possivelmente, ainda reserva descobertas para a pesquisa semântica. Além de relevante para a teoria linguística, consideramos que a melhor compreensão dos níveis implícitos nos discursos em circulação (sejam entendidos como pressuposições ou pré-construídos) é fundamental para a formação do bom leitor em geral, que terá melhor conhecimento de causa sobre os níveis mais profundos (por isso, menos evidentes) de um texto e/ou discurso, sem se limitar ao aparente, ao visível.

¹ Doutora em Linguística. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem – Pós-Graduação em Linguística. Campinas – SP – Brasil. 13083-970. USC – Universidade do Sagrado Coração. Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas. Bauru – SP – Brasil. 17011-160 – erikademoraes@hotmail.com

Iniciamos o estudo do tema em 1999, com um trabalho² sobre o funcionamento de implícitos contidos na formulação de entrevistas jornalísticas, no qual analisamos fragmentos de entrevistas publicados na edição especial *Veja 30 anos*, parte integrante da revista *Veja* (Editora Abril), ano 31, n.º 42 (de 21/10/1998). Na ocasião, centramo-nos, basicamente, na teoria semântica de Ducrot. Já no presente artigo, procuramos esmiuçar melhor a questão a partir de outros autores. Opta-se pelos autores supracitados porque, embora sob respaldos teóricos distintos, distanciam-se de uma visão que busque estabelecer um valor de verdade/falsidade na relação língua/mundo. Como explicita Malidier (2003, p.35):

Ducrot, de um lado, Paul Henry e Michel Pêcheux, de outro, se opunham sobre questões fundamentais do sentido e do sujeito. Em sua empresa de colocar, no terreno linguístico, a questão do lógico Frege sobre a pressuposição, Ducrot tocava um ponto essencial para o discurso. Vista na perspectiva da lógica, a questão da pressuposição toca a imperfeição das línguas naturais em sua relação com o referente: certas construções autorizadas pela sintaxe das línguas “pressupõem” a existência de um referente, independentemente da asserção de um sujeito.

Com base no rompimento com uma visão “logicista” do funcionamento da linguagem, como veremos por meio da proposta de uma concepção discursiva, ficará evidente que tratar da pressuposição/implicação, além de representar uma forma de discorrer sobre questões de sentido, é também uma maneira de refletir sobre a questão do sujeito.

Para situar o quadro teórico, vale dizer que, no que se refere à classificação de uma semântica como “referencialista” ou “não-referencialista” (ou seja, quanto a que posição as teorias assumem em relação ao fato de que a língua fala de alguma coisa exterior à própria estrutura do sistema linguístico), Ducrot é considerado um autor “referencialista fraco”. Para Ducrot (1989), o referente, à moda de Frege (1892) (objeto em si, exterior à linguagem), é indizível: ao falar de um objeto, atribuímos-lhe um estatuto de existência, o que não significa negar o mundo real, mas sim considerá-lo intangível pela linguagem. O estatuto do referente é considerado interno ao próprio discurso: falo do mundo, mas daquele mundo construído pelo discurso. A existência daquilo a que me refiro, portanto, não é física, mas discursiva (construída pelo discurso).

Já para Pêcheux (1997, p.98) e os analistas de discurso, a pressuposição de existência caracterizaria um efeito de pré-construído, que representaria a existência num discurso anterior. O exemplo dado pelo autor, “Aquele que salvou

² Artigo publicado pelas Coleções Faac (Unesp/Bauri), em 2005, redigido com base em trabalho originalmente apresentado à disciplina “Semântica Argumentativa”, ministrada pela Prof.ª Dr.ª Mônica Graciela Zoppi Fontana, no Curso de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, no 2º semestre de 1999.

o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, mostra que o discurso retoma um discurso anterior sobre a existência de Cristo, existência pressuposta nesse outro discurso, o que não precisa coincidir com uma existência real de seu referente. A Análise do Discurso (doravante, AD) é um exemplo de teoria não-referencialista: constrói-se o sentido de X a partir das condições de produção em que X aparece. Apesar das diferenças, as hipóteses de Ducrot dão abertura a teorias do texto ou do discurso.

A pressuposição: uma incógnita que sempre retorna

A questão da pressuposição surge basicamente com Frege (1978), para quem as línguas teriam um defeito que “atrapalharia” a expressão do conhecimento em termos de verdade. Para o filósofo, a própria sintaxe das línguas, e não apenas o léxico, é tal que permite criar um mundo de ficção, cuja existência não é real, mas apenas linguística.

O projeto de Frege, portanto, alia-se ao empenho de constituir uma “conceitografia” (*Begriffsschrift*) destinada a remediar as “imperfeições da linguagem natural” (*Sprache*), referindo-se, com Leibniz, à “[...] ideia de que basta ter uma boa linguagem para que não seja mais possível dizer ou escrever algo que não seja bem pensado e, portanto, suscetível de ser reconhecido como verdadeiro ou falso” (HENRY, 1992, p.62). Para Frege (1978), conhecimento e ilusão se misturam apenas na e pela linguagem, já que os mesmos recursos da língua que possibilitam a ficção permitem, também, a demagogia e, ainda, o erro e a ilusão. Frege propõe a distinção, além do sentido e da referência, de um terceiro elemento, a que chama de representação, que é a “forma subjetiva individual da significação” (HENRY, 1992, p.65), elemento este concebido como de natureza psicológica.

Henry (1992, p.14) considera que, mesmo que a formulação original de Frege não seja mais aceitável, a questão permanece, porém de maneira deslocada: não mais se trata “[...] das relações entre o conhecimento e a ilusão na linguagem, mas daquelas entre a semântica e a sintaxe na gramática, entre a língua e o discurso na linguagem.” Henry (1992, p.15) percebe que a questão do sentido faz retornar a do sujeito e, ao mesmo tempo, faz aflorar uma contradição fundamental já articulada por Saussure “[...] com as oposições da língua e da fala, do coletivo e do individual, do social e do psicológico, do essencial e do acessório, do homogêneo e do heterogêneo.” O autor lembra que essa contradição fundamental é parte integrante do corte saussureano, que sancionou *a posteriori* o advento da “cientificidade da Linguística”.

Henry (1992) lembra que, do ponto de vista linguístico, a pressuposição esteve sempre estreitamente ligada à teoria da gramática. Distingue duas correntes

nos trabalhos linguísticos sobre a pressuposição: uma corrente estruturalista, representada por Ducrot, e uma corrente transformacionista (Harris e Chomsky). As duas correntes se distinguem pelo lugar atribuído à teoria da gramática. Apesar das diferenças que subjazem essas duas correntes, em ambas “[...] o que está em questão é o que se apresenta sob o aspecto das relações da linguagem e da subjetividade com seus corolários, crenças, opiniões, convicções, etc.” (HENRY, 1992, p.39). Henry adianta a conclusão a que chegará:

A mudança de perspectiva teórica que deveria permitir a saída dessa dificuldade deve visar o que recobrem as noções de subjetividade, de crença ou de opinião na sua relação com a linguagem, isto é, o que depende de uma teoria do efeito sujeito e dos efeitos ideológicos.

Ainda que Chomsky – segundo Henry (1992, p.50) – reconheça, mesmo implicitamente, que “[...] sua concepção da gramática abre lugar para um externo à língua na linguagem, para alguma coisa que escaparia à universalidade que fundaria a competência linguística através da universalidade dos princípios gerais sobre os quais repousariam as regras da gramática”, sua teoria relaciona esse “externo à língua na linguagem” a “opiniões, convicções, crenças etc. que cada sujeito pode partilhar ou não” (HENRY, 1992, p.52). Nisso, Henry (1992, p.52) denuncia a concepção de “um sujeito fonte de comportamento, de conduta, de escolha, de decisões”.

Quanto a Ducrot, Henry (1992, p.59) acredita que nele se encontra uma noção de pressuposição mais diretamente interpretável, o que constituiria uma “vantagem” por dar a “[...] ilusão de que se trata de alguma coisa de muito mais concreto e, portanto, mais real, mas que pode, evidentemente, ser também uma armadilha.”

O ponto de partida de Ducrot para a elaboração da noção é o domínio da filosofia da linguagem (Frege, Strawson), embora vá se afastar desse campo. Henry considera ampla demais uma das primeiras definições de Ducrot sobre a pressuposição (“[...] as representações necessárias ao ouvinte para que o enunciado integre-se a uma comunicação normal.” (DUCROT apud HENRY, 1992, p.61). Caminha-se daí para “[...] uma nova definição que deixa de fazer dos pressupostos condições de emprego normal de um enunciado para transformá-los em elementos do seu conteúdo que têm um modo de apresentação específico, ligado ao seu comportamento na negação.” (HENRY, 1992, p.61). Henry (1992, p.62) aponta que essa passagem é “[...] acompanhada de uma dissociação completa entre referência e pressuposição, operada também, evidentemente, sobre o terreno da interpretação.”

Para Henry, a questão da pressuposição condensa outras duas questões: a) a da relação entre objeto real e objeto de conhecimento (no exercício de uma

ciência particular, a Linguística) e b) a questão das modalidades de intervenção da linguagem no processo de produção-reprodução de conhecimentos (reformulação da questão de Frege). O autor considera que a questão (a) reduplica-se na questão (b) (pois, para esta ser abordada de um ponto de vista linguístico, é preciso considerar a Linguística) e, simultaneamente, a questão (b) faz parte da questão (a). Por essas razões, Henry consagra uma parte de seu trabalho a uma confrontação dos trabalhos linguísticos sobre a pressuposição, o que implica a desconstrução da própria noção de pressuposição, pois percebe a falta de uma “teoria do sujeito” e de uma “teoria do sentido”, a fim de “[...] controlar o retorno sob diversas formas, com dominâncias empíricas ou idealistas, da ideologia da transparência da linguagem na prática da Linguística.” (HENRY, 1992, p.29).

Antes de expor as conclusões que darão origem à Teoria do Discurso, é válido rever, resumidamente, o percurso de Oswald Ducrot, para, em seguida, retomar o raciocínio crítico de Paul Henry.

Oswald Ducrot e o quadro teórico da pressuposição

Maldidier (2003, p.35) explica que Ducrot propõe para a questão da pressuposição uma interpretação que se pode qualificar de lógico-pragmática, que

[...] conjuga uma certa leitura de Frege com as contribuições da filosofia anglo-saxã, em particular Strawson. As pressuposições definem o quadro no qual se deve desenvolver o diálogo. Elas se situam, no fio da reflexão de Ducrot, entre os atos ilocucionários pelos quais um sujeito da enunciação, jogando relações de força instituídas pelo jogo da língua, arma uma cilada para o destinatário de seu discurso. Elas se integram em suma em uma teoria dos atos de linguagem.

Vale ressaltar que, para Ducrot, mais importante que a referência é a argumentatividade, ou a possibilidade de encadeamento dos enunciados, seu direcionamento argumentativo. Para o autor, a dimensão argumentativa é constitutiva da língua, já a informativa é derivada, secundária. Como, para Ducrot, a apreensão do sentido passa pelo encadeamento argumentativo, este autor considera que o pressuposto fornece o quadro do discurso a partir do qual se argumenta. Pode-se considerar que o pressuposto obriga o interlocutor a aceitar o quadro do discurso por ele imposto.

Num primeiro momento, Ducrot definiu a existência de dois tipos de implícitos: o primeiro, fundamentado no conteúdo do enunciado, nível do já-produzido (do tipo pressuposto); enquanto um segundo tipo jogaria com a enunciação, vindo de fora, das circunstâncias (do tipo subentendido). Na frase “Pedro parou de

fumar”, na qual é posto que o sujeito da oração “não fuma agora, no momento de enunciação da frase”, existe o pressuposto de que “Pedro fumava anteriormente”. Segundo Ducrot (1987, p. 31), o pressuposto pode ser recuperado no componente linguístico, que trata do “[...] próprio enunciado, sem considerar suas condições de ocorrência.” Já o subentendido, de acordo com uma primeira definição de Ducrot (1987, p. 31), dependeria da avaliação do componente retórico, que “leva em conta as circunstâncias da enunciação”. Uma vez dita (a um fumante, em especial), a frase acima poderia conter subentendidos do seguinte tipo: a) Com um pouco de coragem, pode-se conseguir parar de fumar; b) Pedro tem mais força de vontade (que você); c) Parar de fumar é um ato de força de vontade. Ducrot caracteriza o pressuposto como tendo um “estatuto particular”, fazendo parte da significação da frase e tendo de ser explicado linguisticamente.

O posto é o que afirmo, enquanto locutor, o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, enquanto o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação. (DUCROT, 1984, p.20, grifo nosso).

A teoria dos pressupostos e subentendidos é revista no segundo capítulo de *O dizer e o dito* (1984). Nesse reexame, Ducrot (1987, p.32) conclui que o subentendido também “[...] depende do próprio enunciado: pertence ao sentido sem estar antecipado ou prefigurado na significação.” Considera agora que os critérios de negação e interrogação tenham aplicabilidade muito restrita, levando-o a atribuir maior importância a outro critério, o do encadeamento. O autor explica: “Se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado em um encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto.” (DUCROT, 1987, p.37). Os pressupostos dos enunciados seriam, segundo essa nova concepção, certas “indicações” trazidas pelo enunciado, que se dão “à margem da linha argumentativa do discurso”, (DUCROT, 1987, p.38) a partir das quais o enunciador não quer – ou faz como se não quisesse – fazer recair o encadeamento. Por isso, o encadeamento com o pressuposto seria sempre para refutar o que foi dito pelo locutor.

Para Ducrot (1987, p.42), o pressuposto passa, então, a ser a pretensão de “[...] obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir (o pressuposto) X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X.” E o subentendido, “[...] ao contrário, diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala.” Para que o ouvinte descubra o subentendido seria necessário um raciocínio, fundado não somente no enunciado, mas também na enunciação, ou

seja, no fato de que o enunciado é utilizado em um momento determinado em circunstâncias específicas. Tal raciocínio poderia se formular da seguinte forma: “se alguém julga que é adequado dizer isso, é porque pensa aquilo”.

O percurso teórico de Ducrot caminha para uma Teoria Polifônica da Linguagem. A pressuposição, para esse autor, passa então a consistir em um processo que apresenta dois “enunciadores”, sendo que o primeiro (E1) é responsável pelo pressuposto e o segundo (E2) é responsável pelo posto. E2 poderia ser assimilado ao “Locutor” (L), enquanto E1 se assimilaria a uma “opinião pública” ou a uma espécie de “voz consensual geral”. Uma crítica a Ducrot, feita por J. Authier-Revuz (1990), é que, na teoria polifônica, embora haja multiplicidade, não há descentramento que caracterize a heterogeneidade constitutiva da linguagem e do sujeito. Por outro lado, por hipótese, pode ser que, apesar de Ducrot não ter evidenciado o descentramento, essa questão não esteja excluída de sua teoria, embora não esteja explicitada. Seria necessário, contudo, deslocar suas noções para uma abordagem discursiva.

A crítica de Paul Henry a Oswald Ducrot

Henry observa que, do ponto de vista teórico, as perspectivas de Ducrot e Frege são radicalmente diferentes.

Frege não procura, como o pretende abusivamente Ducrot, a lógica na linguagem, ele quer apenas definir *um* uso lógico da linguagem (lógico significando aqui adequado para o conhecimento e para a ciência). Ducrot, ao contrário, procura na linguagem *uma* lógica, que seria ao mesmo tempo uma semântica: o empreendimento pressupõe que uma tal lógica exista, o que não nos parece evidente. (HENRY, 1992, p.68-69, grifo do autor).

Ao abordar a questão das relativas, Henry considera que, experimentalmente, pode-se constatar que a interpretação de um enunciado com relativa “[...] depende mais da ‘opinião’³ de cada um do que da presença ou ausência de vírgulas ou de uma entonação característica.” (HENRY, 1992, p.71). Mas Henry não parece se contentar com o termo “opinião” e vai procurar esmiuçar o estatuto daquilo que intuitivamente se caracteriza como opinião de um sujeito. A análise de Henry (1992, p.73) mostra que “[...] o modo de funcionamento das relativas não é uma propriedade intrínseca aos enunciados nos quais elas aparecem, mas que elas podem depender do que [propõe chamar de] as condições de funcionamento dos enunciados.”

³ Ex.: No enunciado “É falso que os sindicatos que defendem os trabalhadores conclamem à greve”, pode-se interpretar que a) está-se falando somente de um tipo de sindicato, aqueles que defendem os trabalhadores (o que significa que existem sindicatos que não defendem os trabalhadores), ou b) todos os sindicatos necessariamente defendem os trabalhadores; fala-se portando de todos eles (HENRY, 1992, p.71-72).

Um dos principais pontos de discordância de Henry em relação a Ducrot se refere ao fato de este último afirmar que a pressuposição é de natureza linguística e não discursiva, pois, para Henry, faz-se necessária a intervenção de uma teoria das relações entre língua e discurso.

Henry (1992, p.75) acredita que Ducrot “vira pelo avesso o problema de Frege”. Enquanto Frege “[...] procura liberar a linguagem da ilusão e da demagogia que nela se imiscuem devido a certos ‘defeitos’ da linguagem ordinária [...]”, Ducrot, ao contrário,

[...] parte da ideia de que existe uma necessidade ao mesmo tempo social e psicológica de ilusão e demagogia, conscientemente desejadas, para fazer a hipótese de que a língua deva necessariamente ser tal que torne possível essa produção voluntária de ilusão e de demagogia. (HENRY, 1992, p.75).

Eis o que, para a AD, será o ponto fraco de Ducrot: para ele é o funcionamento psicossocial que torna necessário poder dizer sem ser dito, exprimindo “conteúdos, crenças, opiniões, sem ser obrigado a reconhecer tê-los exprimido” (HENRY, 1992, p.76). Embora a responsabilidade do sujeito da enunciação fique neutralizada pelo não dito, o que seria necessário devido a uma espécie de ética social, haveria uma manifestação voluntária desses conteúdos, o que denunciaria a concepção de um sujeito senhor de sua vontade, fato que a AD não pode aceitar. A crítica de Henry volta-se, pois, para o fato de Ducrot não ter se encaminhado para uma teoria das ideologias e das formas de existência da subjetividade. Ele não o faz porque seu objetivo seria “[...] mostrar que a pressuposição é de natureza linguística, o que significa que os processos devam ser considerados como fazendo parte da significação literal dos enunciados.” (HENRY, 1992, p.76). Daí a distinção fundamental entre pressupostos e subentendidos no quadro teórico de Ducrot, o que Henry considera como a (única) contribuição de Ducrot em relação a seus predecessores.

Em outros termos, o que a AD não aceita é o fato de que a distinção do implícito e do explícito se assente sobre “a necessidade tanto psicológica quanto social de recorrer ao implícito” (HENRY, 1992, p.77). Henry (1992, p.79, grifo do autor) reconhece que

Nos processos de produção ou reprodução das significações, haja lugar para a distinção entre dois tipos de processos, dois níveis de efeito de significação correspondendo respectivamente ao que no momento designa-se por significações literais e significações não-literais. Mas, por outro lado, contestamos a ideia de que seja possível falar de uma *semântica da língua* cujo processo de constituição está implicitamente contido na própria noção de *significação literal* tal como foi definida

por Ducrot, isto é, fantasiada pelas propriedades de imediatismo, estabilidade, acessibilidade direta à intuição linguística.

Henry (1992, p.82) recusa a hipótese de Ducrot segundo a qual “[...] a discursividade só interviria na passagem, nas situações de emprego, da significação para o sentido e de forma alguma no processo de produção e de reprodução das próprias significações.” É essa hipótese que permite a Ducrot, apoiando-se parcialmente em Searle, associar a língua a um jogo, cujas regras (como no xadrez) sejam constitutivas de seu funcionamento. Para Henry (1992, p.92-93), o raciocínio de Ducrot submete-se à lei da Ideologia, no sentido althusseriano, “[...] que determina que considerar a sociedade como sujeito ou o homem como sujeito são apenas duas faces de uma única e mesma operação [...]”, sendo a ideologia jurídica a “[...] instância dominante da ideologia no mundo de produção capitalista.”

Em réplica às críticas de Henry, em espaço concedido a Ducrot no próprio livro de Henry (1992), *A ferramenta imperfeita*, Ducrot (1992, p.223) afirma considerar como propriedade de toda fala “[...] ser definível somente com relação a uma sequência da qual ela se pretende o começo, de modo que seu sentido é o próprio sentido no qual ela pretende orientar a situação de discurso.” Mas assevera que isso não se reduz à “[...] constatação banal de que falamos geralmente com a intenção de influenciar o ouvinte”, como lhe parece querer ver Henry. Ducrot (1992, p.233-234) defende sua teoria dizendo que o que chama de “significação” ou ainda de “sentido literal” não pode ser confundido com o “objeto real”. “Trata-se exatamente de um ‘objeto de conhecimento’, ou objeto teórico, que não pode ser ele mesmo matéria de comunicação qualquer.” Ducrot (1992, p.234) afirma que o que lhe interessa é

[...] prever no interior da língua um ato como o de pressupor, que se refere ao debate intersubjetivo. Acha-se assim reforçada a concepção da língua [...] que a apresenta como sendo, antes de tudo, um instrumento para o afrontamento de indivíduos.

Se, por um lado, a concepção de pressuposição de Ducrot é respaldada sobre “[...] uma crítica da assimilação da língua a um código, instrumento da comunicação ou meio de manifestar o pensamento por símbolos que o tornam acessível.” (HENRY, 1992, p.75), por outro, Henry (1992, p.103-104) considera que em Ducrot se realize uma volta a essa concepção instrumentalista de linguagem que ele mesmo critica, já que “[...] em um certo sentido a crítica da instrumentalidade fixa-se no que é necessário do ponto de vista teórico para que se possa considerar a pressuposição como decorrente da língua e não da discursividade.” Henry (1992, p.105) considera proveitoso o fato de Ducrot ter reconhecido que “[...] o desdobramento da forma-sujeito pode ter uma relação com

certas construções.” Propõe que se desenvolva a questão a respeito das relações entre linguagem e constituição do sujeito, entre ideologia e assujeitamento, pois considera necessário não se limitar ao terreno específico da Linguística, a fim de “[...] explorar os contornos, aquilo que do externo da Linguística opera nas teorias linguísticas de maneira tão determinante.” (HENRY, 1992, p.113).

Henry (1992, p.128) supõe ser necessário mobilizar uma noção de história (mas não uma noção historicista) respaldada no conceito de “luta de classes”. Tal concepção põe em questão o próprio “sujeito da ciência” que não ocupa a posição de um “sujeito universal”, mas é ele também um “um sujeito histórico, assujeitado à divisão de classes”. Sob esse prisma, não seria devido a uma sede de conhecimento própria do Homem que este é movido a

[...] produzir todos os conhecimentos científicos que lhe é materialmente possível produzir numa certa conjuntura. São produzidos apenas conhecimentos científicos que são prática e concretamente necessários numa certa conjuntura e essa necessidade histórica não tem nada de universal; ela é relativa às posições de classe. [...] levar em conta a dimensão da história, aquela da luta de classes, na Linguística, supõe uma transformação da relação entre a forma-sujeito da ciência e a forma-sujeito realizada no campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social. (HENRY, 1992, p.134-136).

O autor considera ainda que, embora as teorias linguísticas tentem “evacuar por todos os meios” a questão do sentido, ela não poderá ser excluída, sendo a questão da pressuposição um sintoma da “[...] impossibilidade de se construir uma sintaxe eliminando toda referência ao sentido.” (HENRY, 1992, p.136). Além disso, a questão do sentido “faz ressurgir com ela a questão do sujeito”.

Além do conceito de luta de classes, Henry (1992, p.144) busca, também, respaldo na psicanálise, que considera “[...] o sujeito da certeza cartesiana revisável no seu fundamento.” No entanto, Henry (1992, p.145, nota 39) observa também que “[...] o inconsciente freudiano é correlativo da dependência do sujeito diante da ordem da linguagem.” Para ele

[...] a Linguística *demonstra* que alguma coisa da linguagem escapa à determinação das relações de produção, que alguma coisa da linguagem é relativamente autônoma com relação a essa determinação. É precisamente nesse sentido que, nas condições políticas, ideológicas e científicas atuais, o conceito de *língua* pode representar os princípios de uma apropriação científica. (HENRY, 1992, p.147, grifo do autor).

Henry (1992, p.172) sugere que “[...] a ilusão pela qual nós nos pensamos como fonte dos nossos pensamentos, das nossas palavras e dos nossos atos tem qualquer coisa a ver com a sintaxe.” Ele vê uma relação entre o que chamou anteriormente

de “desdobramento da forma-sujeito” e a “[...] divisão entre o eu-ideal e o ideal do eu que caracteriza a tópica do imaginário humano pela sua dependência com relação ao simbólico.” Para ele, “[...] no discurso comum ‘eu’ funciona como uma metonímia do que nele se formula pela expressão ‘aquele que fala’.” (HENRY, 1992, p.177). Considera que a confusão do “sujeito da enunciação” e do “sujeito do enunciado” no nível do “eu” seja o que assegura a identificação automática daquilo que é designado por “eu” com aquele que fala (HENRY, 1992, p.177-178).

Nessa perspectiva, o que se deve buscar “[...] são os efeitos simbólicos supostos pela existência da sintaxe, isto é, finalmente, pelo que eu chamei de ‘a autonomia relativa da língua’, sem ter que entrar na questão da delimitação dessa autonomia.” (HENRY, 1992, p.179). E, segundo Henry (1992, p.181), “[...] a sintaxe está situada, na linguagem, na articulação da língua e do discurso.” Para Henry (1992, p.196), a posição de Ducrot denuncia uma “[...] manipulação [...] cuja única razão de ser resulta apenas do fato de que gostaríamos que a Linguística desse conta por seus próprios meios, do todo da linguagem pela língua.”

Sobre a dimensão da fala e do desejo (no caso do imaginário) e a dimensão do discurso e da história (no caso da ideologia) Henry (1992, p.199) conclui afirmando que

[...] o não conhecimento dessas duas dimensões (no caso do imaginário, a dimensão da fala e do desejo; no caso da ideologia, as dimensões do discurso e da história), enquanto dimensões constitutivas da linguagem, não impede que elas ressurgam na Linguística sob forma de questões que ela apenas contorna, sobretudo a questão da pressuposição e a da semântica.

Em Pêcheux (1997), sobretudo no livro *Semântica e discurso*, desenvolve-se uma concepção discursiva sobre o problema da pressuposição, conforme reivindicava Henry.

Michel Pêcheux e a construção discursiva da noção de pré-construído

Pode-se dizer que a abordagem sobre a pressuposição é reconfigurada, segundo a teoria do discurso, sob o conceito de pré-construído. Paul Henry (apud PÊCHEUX, 1997, p.99) define o pré-construído como o termo “[...] que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.” O conceito não pode ser compreendido sem que se aborde a noção de interdiscurso, como se procurará mostrar por meio de um breve retorno ao percurso teórico de Pêcheux.

Com o propósito de se constituir como uma teoria crítica, a AD precisava romper com concepções anteriores, especialmente com o que considera uma visão empiricista de linguagem. Simultaneamente, precisava também diferenciar-se de seus contemporâneos, como é o caso de Ducrot. Para a AD, o discurso não deve ser compreendido como o discurso empírico sustentado por um sujeito, tampouco confundido com o texto (embora ele possa ser apreendido por meio de textos). Como explica Malidier (2003, p.23), “[...] o texto, cuja unidade remete à de um sujeito ou instituição, é pulverizado.” A noção de interdiscurso é indispensável para a concepção de discurso segundo Pêcheux (1990, p.79), já que “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.”

Naquela fase, em que começava a nascer a teoria do discurso, mesmo que a noção de interdiscurso ainda não tivesse emergido, de certa forma, sua existência já se fazia sinalizar. Nas palavras de Malidier (2003, p.25, grifo do autor):

Para além das objeções de toda espécie que o procedimento fará surgir, nele como nos outros, o essencial já está lá: o discurso não se dá na evidência desses encadeamentos; é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo. [...] Lê-se aí, em uma linguagem ainda frouxa, a ideia do não-dito constitutivo do discurso, a primeira figura, em suma, de um conceito ausente, que dominará toda essa elaboração: o conceito de interdiscurso. Michel Pêcheux dirá mais tarde de seu livro que ele foi escrito na “urgência teórica”. [...] Sua conclusão é bem a de um filósofo: “provisória”.

Pode-se dizer, com Malidier (2003, p.22), que “Michel Pêcheux constitui o discurso como uma reformulação da fala saussureana, desembaraçada de suas implicações subjetivas.” Pêcheux retorna sobre Saussure a Linguística, o que o leva a uma de suas principais inquietações teóricas: o que pode a Linguística quando se trata do sentido? A crítica não repousa em si mesma, mas tem por corolário um conjunto de proposições que levarão a uma semântica discursiva. “Não se destrói realmente senão o que se é capaz de substituir [...]”, escreve Pêcheux, citando Danton (apud MALDIDIER, 2003, p.29).

Não se trata, para Pêcheux, de desvincular a semântica da Linguística, mas, em certa medida, de extrapolar os seus limites, buscando respaldo em outros campos, como a teoria da ideologia (com base, primordialmente, em Althusser) e a psicanálise (com base, primordialmente, em Freud e Lacan). A ideia persistente no conjunto de obras de Pêcheux é que

[...] o sentido, objeto da semântica, excede o âmbito da Linguística, ciência da língua. A semântica não deriva de uma abordagem linguística,

ciência da língua. [...] O raciocínio repousa sobre a intuição muito forte de que não se podem visar as sistematicidades da língua como um contínuo de níveis. Para além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, cuja descrição Saussure autoriza, a semântica não é apenas um nível a mais, homólogo aos outros. É que “o laço que liga as ‘significações’ de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações”. (MALDIDIER, p.2003, p.31).

As reflexões de Pêcheux sobre o discurso o levaram, assim, ao ponto de encontro da língua com a ideologia, sendo necessário tratar o objeto mesmo do discurso no limiar entre o que ele chama de base linguística e processos discursivos ideológicos. Torna-se preciso, portanto, definir, ou ao menos propor, quais os elementos da língua estão envolvidos no que tange à base linguística na constituição do discurso. Maldidier (2003, p.34-35, grifo nosso) aponta que:

Do lado da língua, faltava também um elo decisivo para que a teoria do discurso estivesse verdadeiramente concernida com os funcionamentos linguísticos. *A questão do pré-construído vai constituir um ponto decisivo da teoria do discurso. [...] É do lado da noção de pressuposição que é preciso buscar a fonte da noção de pré-construído de Paul Henry e Michel Pêcheux.* O conceito emerge ao mesmo tempo da leitura “materialista de Frege” e da reflexão crítica sobre os trabalhos de Ducrot.

Ao propor o termo pré-construído, no início da década de 1970, a teoria do discurso pretendia abrigar um novo conceito, despojado de qualquer sentido lógico, constituindo uma espécie de reformulação da pressuposição para o novo terreno que se formava, o do discurso. A noção de pré-construído permitiria, mais tarde, apreender o interdiscurso, que se tornaria o conceito chave para a AD.

A reflexão de Pêcheux, feita com Henry, sobre o pré-construído revelava a existência de traços no discurso de elementos discursivos anteriores cuja origem enunciativa é “esquecida” (ou, em outras palavras, pertence a um enunciador anterior-jamais-sabido). Tal definição preparava a ideia de que o discurso se constitui a partir de outros discursos, ou de um *discurso já lá*. Daí o conceito de interdiscurso, cuja “[...] objetividade material [...] reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’.” (PÊCHEUX, 1997, p.162).

A compreensão do implícito para a teoria do discurso é perpassada pelo fato de que a sequência discursiva é constituída e atravessada por um discurso (ou por discursos) vindo(s) de outro(s) lugar(es). O outro discurso que atravessa a sequência discursiva advém de um alhures sem origem definida. Nesse sentido, o pré-construído (espécie de discurso pressuposto) consiste numa “presença-

ausente”. Nas palavras de Pêcheux (apud MALDIDIER, 2003, p.85): “A presença- ausente de um ‘não-dito’ atravessa o ‘dito’ sem fronteira assinalável.”

Para Pêcheux, o pré-construído relaciona-se à memória presente no enunciado que “engata” uma interpretação. Trata-se de uma concepção que rompe com a compreensão de Frege (1978), para quem a pressuposição caracterizaria, especialmente em alguns casos, a imperfeição da linguagem. Seria o caso, por exemplo, da pressuposição de existência de objetos que não têm denotação no chamado “mundo real” (como na frase “O Unicórnio feriu o menino”). Pêcheux, por sua vez, acredita que aquilo que a Frege parecia “imperfeição da linguagem” significa que a pressuposição tem uma causa material, remetendo a um efeito de sentido. O efeito de sentido nasceria, então, de uma relação entre domínios de pensamentos diferentes: um anterior, presente no enunciado, já pensado antes ou desde-sempre, e outro realizado na situação da enunciação. É o funcionamento semântico que define, para Pêcheux, o efeito de pré-construído, e não a expressão de uma lógica formal.

Outro mecanismo linguístico de implicitação, segundo Pêcheux, é o efeito de sustentação, o qual consiste na articulação entre *pensamentos secundários* que surgem quando se inicia um pensamento onde aparece o encaixe. Seu funcionamento é semelhante a um *silogismo implícito* que, evocando um pensamento lateral que o sustenta, permite reconstituir a *premissa* não dita. Enunciando a partir de um lugar discursivo, o falante se identifica com as premissas condizentes a esse lugar. A possibilidade de identificação entre *enunciado* e *premissa não dita*, embora posta nos próprios enunciados, articula-se na região do interdiscurso.

A compreensão do que é implícito, para Pêcheux (1990, 1997) e para a teoria discursiva, portanto, passa necessariamente pelo interdiscurso. Pré-construído e efeito de sustentação são efeitos do interdiscurso: apontam para um espaço anterior-exterior, que não é o da enunciação, mas também não é o da materialidade linguística. Trata-se de um limiar ou, se se puder dizer assim, de um entre-lugar. Embora não sejam explícitos, revelam, por meio da memória discursiva, o lugar discursivo ideológico a partir do qual o falante enuncia. A memória discursiva, para Pêcheux, não deve ser entendida no sentido psicológico da “memória individual”. Como diz Achard (1999, p.11), é “[...] a estruturação do discursivo [que] vai constituir a materialidade de uma certa memória social.” Pêcheux (1999, p.52) acrescenta que

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Pêcheux, portanto, propõe as noções de pré-construído e de discursos transversos⁴ (assim como a de efeito de sustentação) para se referir tecnicamente ao que, em termos gerais, seriam os “implícitos”. Dessa forma, atrela a discussão acerca da implicitação da(na) linguagem à concepção fundamental de interdiscurso e à memória discursiva. Cada uma dessas noções, de certo modo, está vinculada à outra.

Quando Pêcheux faz a distinção entre “base linguística” e “processos discursivos ideológicos”, procura deixar claro que, em seu modo de ver, a língua é a base do processo discursivo, mas não é ela, por si só, que impõe o funcionamento do discurso. O funcionamento discursivo se dá pela articulação da base linguística com elementos que, embora relacionados a essa base, são exteriores a ela. Esses elementos (interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído, efeito transversal) não correspondem exclusivamente a fenômenos linguísticos, mas

[...] representam, em relação à base linguística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei “geral” de desigualdade que afeta essas formações [...] no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes. (PÊCHEUX, 1997, p.259, grifo do autor).

O autor acrescenta ainda que, “ao dizer que *o todo complexo das formações discursivas (o interdiscurso) é intrincado no das formações ideológicas*” (PÊCHEUX, 1997, p. 259, grifo do autor), quer-se deixar claro que o interdiscurso não é a forma geral da ideologia, mas uma das formas específicas.

Como já procuramos frisar, Pêcheux foi um grande crítico em relação ao que chama de “idealismo” no campo da Filosofia da Linguagem, por ser esta pautada numa lógica formal. Para ele, tal idealismo não contribuía para a tentativa de se fundar uma teoria semântica do discurso. Ele acreditava, portanto, ser necessário, em primeiro lugar, romper com esse idealismo para, então, atingir-se o terreno propício para a fundação de uma teoria “materialista” dos processos discursivos. E não seria possível combater o “idealismo” na linguagem sem passar pela discussão acerca do sujeito que enuncia. Para Pêcheux, a própria identidade do sujeito enunciador é “já produzida” antecipadamente à enunciação; o sujeito é efeito da interpelação ideológica. Pêcheux (1997, p.214, grifo do autor) considera que a

⁴ A fim de esclarecer o que chama de discurso transversal, diz Pêcheux (1997, p.167) “[...] o interdiscurso enquanto discurso-transversal atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’.”

[...] interpelação [dos indivíduos em sujeitos do discurso] supõe necessariamente um *desdobramento*, constitutivo do sujeito do discurso, de forma que *um dos termos* representa o “locutor”, ou aquele a que se habituou chamar o “sujeito da enunciação”, na medida em que lhe é atribuído o encargo pelos conteúdos colocados [...], e o outro termo representa “o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal”.

O autor ressalta que esse desdobramento, a rigor, corresponde à relação entre pré-construído (o “sempre-já aí da interpelação ideológica”) e articulação/efeito-transverso (que “simula” a unidade do sujeito ao constituí-lo “em sua relação com o sentido; representando no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”). Pêcheux propõe que tal desdobramento assuma algumas modalidades, duas das quais considera “evidentes”: a) a que caracterizaria o discurso do chamado “Bom” sujeito, entendido como a “[...] superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘*livremente consentido*’.” (PÊCHEUX, 1997, p.215); b) a correspondente ao que chama de “mau” sujeito, aquele que representa

[...] o *sujeito da enunciação* que “se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição”, que consiste [...] em uma *separação* (distanciamento...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (PÊCHEUX, 1997, p.215, grifo do autor).

O autor constata que, quanto maior a identificação do sujeito com a formação discursiva, mais assujeitado é esse sujeito (“Bom” sujeito). A contra-identificação em relação à formação discursiva é o que caracteriza o “Mau” sujeito.

Fica evidente, quando se remete ao percurso teórico de Michel Pêcheux, a relevância da questão dos “implícitos” para a AD. Os efeitos de pré-construído, como um “sempre-já-aí universal”, e de discurso transverso, como evidência de unidade do sujeito, são concebidos como efeitos (discursivos) de sentido.

Por fim, constatada a relevância do problema da implicação, é válido ressaltar uma importante questão posta pelo próprio Pêcheux (1999, p.52): “[...] a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da seqüência.” Essa questão leva à reflexão sobre o estatuto da Linguística frente às disciplinas de interpretação. Eis o novo problema que se coloca: em que medida seria a Linguística, assim como a História, uma disciplina de interpretação?

Novos rumos para a interpretação da pressuposição?

O intuito deste artigo, até aqui, foi apresentar algumas das maneiras como a Linguística e as teorias semânticas trabalharam (e/ou trabalham) com a questão do implícito. Optou-se por destacar a concepção de Oswald Ducrot, privilegiando as noções de pressuposição, subentendido e polifonia, e a concepção da Análise do Discurso de linha francesa, privilegiando o percurso teórico de Paul Henry e Michel Pêcheux e as noções de pré-construído e interdiscurso.

Dada a amplitude do tema, espera-se ter, ao menos, contribuído para apontar caminhos para prosseguimentos futuros frente à questão. Defendemos que o fortalecimento de uma concepção (inter)discursiva da linguagem foi/é a grande contribuição da AD para a Linguística em geral. Sabe-se que a AD não é uma disciplina acabada, como em geral não o são as disciplinas. Até o momento, e é o bastante, a AD construiu um novo espaço teórico, estabeleceu diretrizes e proporcionou aos analistas do discurso um rico campo teórico para respaldar análises discursivas. Por outro lado, os analistas do discurso, às vezes, encontram-se ainda um pouco “órfãos” em relação a que métodos de análise linguística utilizar – o que nos parece menos um defeito da AD do que uma possibilidade de aberturas. É positivo que uma teoria não traga “receitas metodológicas prontas”, pois instiga o analista à busca de desafios. O próprio Pêcheux, de certa forma, colocou a questão ao problematizar o fato de ser ou não a Linguística uma disciplina de interpretação.

Nesse sentido, acreditamos que um diálogo entre o estudo de Ducrot e a AD possa ser pertinente. No entanto, não basta transpor noções de uma teoria à outra; são necessários deslocamentos teóricos. Ducrot, por meio do trabalho com a polifonia e a argumentação da/na língua, fornece alguns “métodos” que permitem apreender um pouco mais “visivelmente” a materialidade da base linguística. Tais métodos, se assim se pode chamar, poderiam atuar como aspectos de uma análise linguístico-discursiva, desde que deslocados para um enfoque interdiscursivo, que levasse em conta a problematização acerca da noção de sujeito, conforme propõe a AD. Não se deve pensar, é importante esclarecer, em “procedimentos por etapas”, visão esta há muito combatida pela AD.

Tal proposta, porém, esbarra no ponto de vista crítico de Henry em relação à noção de complementaridade, sobretudo no que se refere aos limites ou contatos entre disciplinas. Foi nesse sentido que a AD rompeu com teorias anteriores para fundar o seu próprio campo teórico, desprovido da carga ideológica das formulações antecedentes. Portanto, para retomar Ducrot, seria preciso o cuidado de não recair nesse erro.

Antes de finalizar, gostaríamos de esboçar a revisão de uma de nossas próprias análises⁵, de trabalho anterior (MORAES, 2005), à luz das críticas da AD sobre o respaldo teórico de Oswald Ducrot:

VEJA 30 anos (1998, p.44) pergunta a Fidel Castro, caracterizado pela revista como ditador de Cuba: “O subsecretário de Estado Terence Todman, depois de passar alguns dias em Cuba, declarou, em visita ao Brasil, que há 15.000 mil presos políticos aqui. O que o senhor tem a dizer a esse respeito?”

Como é comum no gênero jornalístico, há a atribuição a “outro” (ao subsecretário) de uma afirmação, segundo a qual há 15.000 presos políticos em Cuba. Pode-se decompor o enunciado em posto (P) e pressuposto (PP), no sentido de Ducrot, da seguinte maneira:

P: há 15.000 presos políticos em Cuba. Confirma?

PP: se quem afirmou o posto esteve efetivamente em Cuba, a informação deve ser verdadeira.

Alguns possíveis subentendidos: é um número muito alto de presos políticos; se há presos políticos também deve haver tortura – coisas que, geralmente, andam juntas (é historicamente comum associar prisão política à tortura).

Possivelmente, “lendo” o subentendido segundo o qual é muito alto o número de presos políticos em seu país, Fidel responde contestando o número sugerido pelo jornalista. Fidel também antecipa uma possível acusação de tortura e a contesta.

Fidel: Olhe, em Cuba há presos políticos [confirma parte do posto]. Deve haver uns 2.000 ou 3.000 presos políticos. Em certo momento houve em Cuba uns 15.000 presos políticos. Ou mais. Que íamos fazer? A cada mês ocorriam dezenas de desembarques clandestinos de armas em Cuba. A CIA lutava abertamente contra nós. Tivemos de prendê-los, e tivemos de submeter alguns a penas severas, longas. Isso é verdade, sim. Agora, o que nunca ocorreu em nosso país foram as torturas. (VEJA..., 1998, p.44).

A próxima pergunta da revista se dedica, então, a questionar a não existência de tortura afirmada por Fidel (encadeando com o posto do enunciado de Fidel): “E que diz o senhor do tratamento dado aos inimigos depois que os rebeldes chegaram ao poder?” (VEJA..., 1998, p.44).

⁵ Da edição especial *Veja 30 anos*, parte integrante da revista *Veja* (Editora Abril), ano 31, n.º 42 (de 21/10/1998).

P: como os inimigos têm sido tratados desde que os rebeldes estão no poder?

PP: os rebeldes chegaram ao poder

Alguns subentendidos: os inimigos (adeptos das ideias do antigo regime) são tratados severamente (talvez torturados) desde que os rebeldes (como a revista os caracteriza) chegaram ao poder.

Fidel: Quando triunfou nossa revolução, aqueles que haviam assassinado milhares de nossos compatriotas, e os que haviam torturado dezenas de milhares de cubanos, esses nós julgamos segundo as leis revolucionárias, em tribunais revolucionários. E os maiores criminosos, os responsáveis pelos casos mais graves de torturas e maus-tratos, foram condenados e fuzilados. (VEJA..., 1998, p.44).

P: os criminosos (assassinos, torturadores) foram julgados conforme “leis revolucionárias”.

PP: houve julgamento, sob “leis revolucionárias”, contra os criminosos.

Alguns subentendidos: foram condenados os que “mereceram”; as “leis revolucionárias” são “justas” (portanto não são leis “severas”, como estava subentendido na pergunta). Sobretudo, há “leis revolucionárias”, o que significa que os chamados revolucionários não agem na ilegalidade.

Embora não assuma explicitamente a existência de tortura sob seu regime, Fidel revela que os antigos “inimigos” (os responsáveis pelos mais graves casos de torturas e maus-tratos), foram fuzilados. Na sua formulação, não trata esses fuzilamentos como “assassinatos aleatórios” (como poderiam significar para uma Formação Discursiva oposta), mas como condenações (justas) segundo as leis revolucionárias, tendo-se agido legalmente, portanto.

Deslocando a questão para um ponto de vista discursivo, pode-se observar que, embora o jornalista não tenha explicitado a questão da tortura, na primeira pergunta, ela é trazida ao discurso pela memória discursiva (a presença-ausência) que, por associação histórica, faz remeter à expressão ditadura (já que o governo de Fidel é assim caracterizado) a outras, como prisão política, tortura, abuso de poder. É o que leva Fidel a justificar a legalidade das leis revolucionárias, sem que isso tenha sido posto explicitamente em questão. O discurso que relaciona tortura e prisão política é um sempre-já-lá retomado no discurso de Fidel. A associação não surge por um processo meramente lógico-linguístico; é necessário recorrer ao exterior à língua para realizar a sua interpretação. No entanto, esse exterior não se resume a “crenças, opiniões, convicções...” (HENRY, 1992, p.39), mas a uma espécie de memória discursiva coletiva, sem origem específica, que abrange os sentidos dominantes no interdiscurso de nossa formação social. Esse exterior à

linguagem é, simultaneamente, vinculado a ela, de modo que os discursos sejam, a um só tempo, inerentes e exteriores à linguagem. Se são exteriores, por um lado, dizem respeito a seus contornos, por outro.

Segundo essa visão, a Linguística, isoladamente, não daria conta da interpretação dos dados. Nem por isso, a interpretação é exterior à linguagem, como poderia pretender uma visão sociológica. A AD, para cujos fundamentos contribuíram Pêcheux e Henry, vê a materialidade dos implícitos como linguística e histórica; nem puramente linguística, nem puramente histórica. É nesse lugar – ou entrelugar – que se constrói o estatuto do Discurso.

O discurso não nega a materialidade da língua, mas não vê a pressuposição como uma propriedade *da* língua. Ao contrário, o estatuto da pressuposição evidencia a sua própria materialidade, sendo sobre a base linguística que se encontram os indícios dessa materialidade. Por isso, os passos metodológicos propostos por Ducrot não seriam de todo irrelevantes para a teoria do discurso. Mas seria necessário, outrossim, estabelecer o deslocamento teórico que explicitasse melhor o lugar do sujeito e da ideologia no discurso. Assim, o discurso de Fidel não é mais visto como “discurso de Fidel”, mas como um discurso materializado por Fidel, compatível à Formação Discursiva segundo a qual se posiciona, uma vez que “[...] a interpretação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do Sujeito) com a formação discursiva que o domina.” (PÊCHEUX, 1997, p.214). Como também disse Pêcheux, essa interpretação supõe um desdobramento que pode assumir diferentes modalidades, entre as quais evidencia a do “bom sujeito” e a do “mau sujeito”.

De certo modo, no nível explícito da formulação de seu discurso, Fidel aproxima-se do “bom sujeito” ao se sujeitar (no sentido de aderir) ao discurso de tom “politicamente correto” (socialmente aceito), aproximando-se do “sujeito universal” ao compactuar da visão de que só o seguimento das leis justifica os atos; sendo-se revolucionário, devem-se seguir as leis revolucionárias; um regime bom e justo não se excede em número de presos políticos, nem pratica tortura – o que leva à discursivização sobre o seu regime como justo e legal (que age dentro da lei), dando outro sentido ao que a memória discursiva retém como “as características de uma ditadura”. No entanto, permanece como “mau sujeito” segundo a leitura feita por uma posição ideológica oposta, que adira a esses sentidos dominantes no interdiscurso de nossa formação social, segundo os quais se associam as ideias de revolução, ditadura, fuzilamento, tortura.

Para concluir, propomos que as descobertas da Análise do Discurso francesa não anulem as análises respaldadas em Ducrot. Reforçamos que, embora não se excluam, são necessários certos deslocamentos teóricos para que se evidencie o âmbito discursivo e não se desconsidere as descobertas trazidas à tona pela AD,

sobretudo quanto aos lugares do sujeito e da ideologia frente ao discurso no que tange à questão do *não dito*.

MORAES, E. de. Semantic theories and the implicit meanings in language. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.261-282, 2009.

- **ABSTRACT:** *This paper deals with implicit meanings in language. It reviews both Oswald Ducrot's studies on presupposition and Paul Henry and Michel Pêcheux's critic on Ducrot's works. The latter fostered the discourse notion of presupposition, reformulated as the notion of pre-construct. It is claimed that there should be a dialogue between Ducrot's theory and the concepts put forth by the French Discourse Analysis theorists as long as appropriate theoretical displacements are done so as to reach an interdiscourse comprehension of implicit meanings in language.*
- **KEYWORDS:** *Semantics. Discourse analysis. Presupposition. Pre-construct. Interdiscourse.*

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.11-17. Edição original: 1883.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.19, p.25-42, jul./dez. 1990.

DUCROT, O. Nota sobre a pressuposição e o sentido literal. In: HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro, com um posfácio de Oswald Ducrot.. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p.203-238.

_____. Referente. In: GIL, F. (Coord.). *Enciclopédia Einaudi*. Traduções de Carlos Marques da Silva et al. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v.2, p.418-438.

_____. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987. (Linguagem / crítica).

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix: Ed. USP, 1978. p.59-86. Edição original: 1892.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MORAES, É. de. *(Des)construção de implícitos em entrevistas jornalísticas*. Bauru: Ed. UNESP, 2005. (Coleções FAAC, Pesquisa, v.3).

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.49-57.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. (Repertórios).

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.61-161.

VEJA 30 anos. *Veja*, São Paulo, ano 31, n.42, 21 out. 1998. Edição especial.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1977.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da 'Análise automática do discurso' de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; Hak, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.13-38. (Coleção repertórios).

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em dezembro de 2008.